

**JORNALISMO INTERNACIONAL, IMPRENSA E COBERTURA: O CASO DE UM  
JORNAL CATARINENSE E A COBERTURA TELEGRÁFICA SOBRE A  
PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL (1915-1917)**

**INTERNATIONAL JOURNALISM, PRESS AND COVERAGE: THE CASE OF A  
CATARINIAN JOURNAL AND TELEGRAPHIC COVERAGE ON THE FIRST  
WORLD WAR (1915-1917)**

Igor Lemos Moreira \*

**Resumo:** Sob a ótica da História da Comunicação e da História dos Eventos, pretendeu-se discutir a cerca da cobertura do jornal *O Estado*, jornal de circulação em Santa Catarina, a Primeira Guerra Mundial (1914-1915), em especial a questão do serviço telegráfico. Em primeiro momento a intenção é focalizar no editorial e no enquadramento do impresso no contexto da cidade de Florianópolis, observando, no segundo momento, também o funcionamento das sessões de informação internacional e como os telegramas auxiliam na cobertura e traziam a sensação de aceleração do tempo e de uma guerra que não foi vivência para além do aspecto territorial. A tradução e/ou publicação de telegramas são tomadas neste trabalho enquanto modos de refletir acerca da cobertura jornalística da Primeira Guerra Mundial a partir da imprensa local.

**Palavras-chave:** Primeira Guerra Mundial; Jornalismo Internacional; Telegramas; História da Comunicação; História do Tempo Presente

**Abstract:** From the perspective of the History of Communication and History of Events, it was intended to discuss about the coverage of the newspaper *O Estado*, newspaper of circulation in Santa Catarina, the First World War (1914-1915), especially the question of the telegraph service . In the first moment the intention is to focus on the editorial and the framing of the print in the context of the city of Florianopolis, observing, in the second moment, also the operation of the international information sessions and how the telegrams help in the coverage and brought the sensation of acceleration of the time And of a war that was not an experience beyond the territorial aspect. The translation and / or publication of telegrams are taken in this work as ways of reflecting on the coverage of World War I journalism from the local press.

**Keywords:** World War; International Journalism; Telegrams; History of Communication; History of Present Time.

### **Considerações Iniciais**

---

\* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Graduado em História pela mesma instituição. Bolsista CAPES-DS e integrante do Laboratório de Imagem e Som (LIS/UDESC). E-mail: [igorlemoreira@gmail.com](mailto:igorlemoreira@gmail.com)

Em 1914 o mundo ocidental, que via-se em um processo de expansão e de efervescência observou um dos maiores modelos de inspiração começar a se autodestruir. Nesse ano se iniciava a Grande Guerra, hoje denominada de Primeira Guerra Mundial. Para muitos, o que se observou foi um ato de “suicídio” do europeu (COMPAGNON, 2014) e que motivou em diversos países, como os latino-americanos, um movimento de criação de novas identidades nacionais, como aponta a historiadora Maria Helena Capelato (2005), mas ainda com inspirações em modelos europeus e de aproximação a modelos estadunidenses.

As causas para o início do conflito são múltiplas e perpassam desde questões sociais e psicológicas, até conflitos de território como a disputa pelo território da Alsácia-Lorena. Em resumo, ao estudar-se esse embate entre nações “é preciso ter em mente que ele foi uma guerra imperialista, onde as rivalidade políticas expressavam a competição econômica das potências em conflito” (MOTTA, 2003. p. 233), porém o ponto mais categórico é que seu estopim foi o atentado de Sarajevo. Em 28 de Junho de 1914, o arquiduque do império Austro-Húngaro, Francisco Ferdinando, participava de um evento na cidade de Sarajevo, capital da Bosnia, quando foi vítima de um ataque de um jovem pertencente ao movimento de emancipação das provinciais eslavas do sul. Nesse atentado faleceram o herdeiro do trono da Austria-Hungria e sua esposa e gerou-se o início de negociações internacionais entre uma serie de países buscando a reparação dos atos.

Com duração aproximada de quatro anos (1914-1918), o conflito envolveu diversas nações divididas em dois grandes blocos, sem contar os países considerados neutros que estavam envolvidos em outras dimensões fora a militar, como por exemplo da Argentina. O primeiro desses blocos, A tríplice Entende, possuía entre seus membros potências como a França, a Inglaterra e a Rússia que posteriormente seria substituída pelos Estados Unidos. Já o segundo estaria composto por nações como a Alemanha, Austria-Hungria e a Bulgária. Nesse quadro é importante destacarmos que o país permaneceu diplomaticamente “neutro”, declarando guerra apenas em 1917 e apoiando a Tríplice Entende.

Após os conflitos entre 1914 e 1918, os Estados Unidos da América (que entram no front em 1917) conquistaram uma nova hegemonia, especialmente econômica no que se referia nas áreas de industria (produção) e de empréstimos para os países europeus reconstruírem suas estruturas após o cessar fogo. Tal “ascensão” está relacionada ao sistema de produção capitalista industrial, com ideal progressista, criado por Henry Ford em 1914.

“Em muitos aspectos, as inovações tecnológicas e organizacionais de Ford eram mera extensão de tendências bem-estabelecidas” (HARVEY. p. 121, 2002), porém em seus planos incorpora-se a ideia de um olhar um pouco mais atento aos trabalhadores e ao lazer (que também vincula-se a um interesse de consumo), não apenas nas jornadas de oito horas de trabalho, mas também em refletir sobre o gasto “consciente” desses trabalhadores para fazer girar a economia. Nesse sentido, em 1916, Ford reúne um grupo de diversos assistentes sociais para entrar em contato com os seus trabalhadores.

No Brasil os anos entre 1889 e 1929, a virada do século, são representativos para se observar o início do processo modernizador da imprensa. Esse movimento se intensifica a partir década de 1950, com a participação de Assis Chateaubriand e a incorporação do modelo de jornalismo estadunidense para o país. Afastando-se de uma imprensa mais literária, para um sistema com ideias de objetividade e neutralidade, a aceleração das notícias e dos meios de comunicação incorporou desde as características materiais e físicas aos gêneros e especializações jornalísticas.

### **No compasso da república: a urgência pela informação**

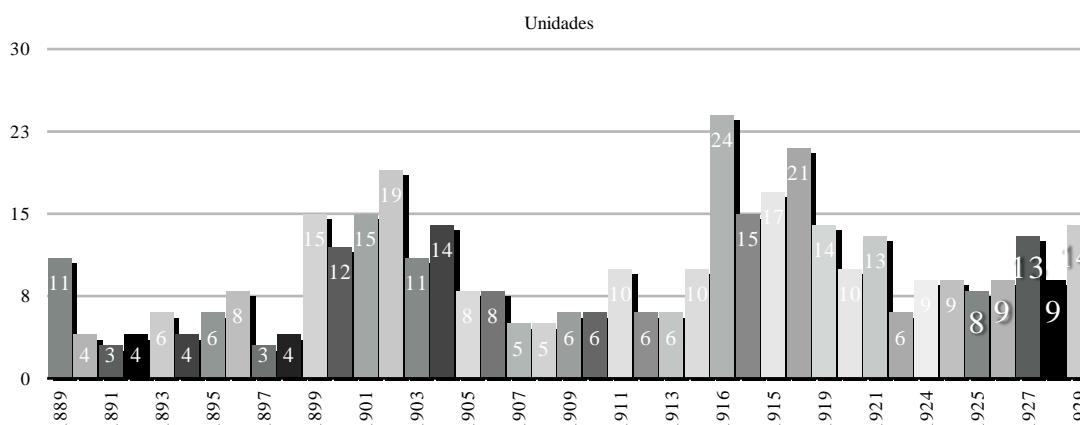
Modernidade, como lembra Bermann (1986), vincula-se a um estado/sentimento de experimentação constante onde o ser humano vive novas situações a cada instante e estas se alteram rapidamente. Assim, a idéia de modernidade está articulada a uma aceleração do tempo e por sua vez, no caso dos meios impressos à urgências por informação. A aceleração do tempo e as preocupações humanas com o tempo são ambas marcas do século XX (HARTOG, 2013). Autoras como Ilka Cohen (2008) e Maria Eleutério (2008) consideram o período da Primeira República, em especial o momento das primeiras décadas do século XX, como o período de expansão e modernização da imprensa. Com esse viés, podemos pensar que “O próprio compasso frenético com que se definiram as mudanças sociais, políticas e econômicas nesse período concorreu para a aceleração em escala sem precedentes do ritmo de vida” (SEVCENKO, 2003, 27).

Os jornais até aquele momento possuíam um perfil muito mais literário, um ritmo de publicação com tempos mais espaçados, ou menos constantes, e de tamanhos físicos curtos (menor número de páginas), se compararmos com nossos padrões atuais. A República instaura um novo ritmo, uma nova relação com tempo em meio ao fervor das mudanças, igualmente

como ia de encontro aos conflitos e manifestações do povo. Nessa dualidade entre modernização e conflitos sociais, uma frequência nova marca o compasso da imprensa.

Na cidade de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, observa-se um acompanhamento do movimento nacional de expansão dos jornais. Um levantamento realizado no catálogo da Biblioteca Pública de Santa Catarina revelou uma média aritmética de dez jornais circulando ao mesmo tempo na cidade entre os anos de 1889 e 1929 (As principais décadas que marcam os eventos da Primeira República), ou seja durante quatro décadas. Observando em escala maior teríamos o seguinte gráfico:

**Gráfico I - Número de Jornais que circularam em Florianópolis/Desterro (1889-1929)**



Autor: Elaborado pelo autor.

Construído a partir da análise do *Catálogo de Jornais da Biblioteca Pública de Santa Catarina 1831-2013*, busquei verificar quais títulos estavam em circulação no período e sistematizar quantos jornais/impressos diferentes estavam sendo publicados e distribuídos na cidade. Como aponta Barbosa (2013), a Primeira República é marcada pelo início de um tratamento mais profissional aos impressos, o que Cohen (2008) define como a “Diversificação e Segmentação dos Impressos”, termo usado para designar o aumento no número de títulos publicados, como revela a tabela, e a especialização dos textos internos como veremos mais para frente. Esse processo aponta para uma maior profissionalização e a oportunidade de dedicação integral das pessoas envolvidas com o campo através do aumento de recursos e das finanças possibilitadas através de investimentos privados, e em alguns casos públicos. Com o aumento do capital financeiro, causado pelas propagandas, pela popularização da informação e aumento do número de letrados, os jornais passam no decorrer da República por mudanças

físicas e de conteúdo com a criação de colunas, seções, áreas, aumento de página, *designers* diferentes, fotojornalismo.

Observando o quadro, primeiramente, é notável que a década de 1910, especialmente entre 1916 e 1919, revela altos índices de circulação de diferentes jornais. Mas o principal aspecto observável é a inconstância no número de jornais em circulação. Tal questão relaciona-se com as próprias condições pelas quais os jornais passavam durante seu funcionamento. Nesse momento, “Quase todos os jornais enfrentam os problemas de duração e periodicidade irregular. A falta de recursos e a intensa repressão política eram fatores de preocupação permanente.” (COHEN, 2008. p. 124). Para se manter em funcionamento, será comum a integração da publicidade como aliada.

Nessa fase de novas experiências e experimentações articuladas ao desejo de trazer ares civilizatórios e de higienização foram promovidas uma série de reformas urbanas nas cidades e alterações nos costumes populares. Ações como o bota a baixo, na cidade do Rio de Janeiro, e a criação de grandes e largas avenidas inspiradas nas ruas parisienses, como ocorreu em Florianópolis na região do rio da Bulha, atual Avenida Hercílio Luz, contribuíram para alguns dos projetos republicanos.

A cidade torna-se cada vez mais “uma personificação da modernidade, que atrai e seduz, mas, ao mesmo tempo, que aterroriza e faz recuar” (PESAVENTO, 2002, p.231), pois ao mesmo tempo que criam-se atrações e “belezas” para expor o país externamente e internamente como afastado daquele período monárquico e “antiquado” que o Brasil vivia (CARVALHO, 2000), um movimento constante de destituição e segregação racial que eclodiu em grandes revoltas como a de Canudos e a Revolta da Vacina. Porém, essas práticas de imposição e construção de modelos e padrões não estavam ligadas apenas ao urbano ou ao político. A Primeira República

De um lado, ficaria na lembrança como o momento do bom da urbanização, da industrialização e da entrada de imigrantes. De outro, como um período de repressão, de todo tipo de falcaturas políticas, da aplicação de medidas racistas e da expulsão da pobreza para as laterais das cidades. Além do mais, com tantas ambiguidades, a República se converteu em palco de conflitos, sendo os centros urbanos considerados espaços de atuação das “classes perigosas” e de movimento e reação “dos de baixo”. (SCHWARCZ; STARLING, 2015. p. 349).

Ao mesmo tempo em que o discurso modernizador era difundido, observa-se uma alteração no sistema político e vivência conservadora. Florianópolis passou, assim como demais cidades no Brasil, por um processo de reformas pautadas principalmente por argumentos sanitários e higienistas, como o afastamento de grupos sociais para áreas periféricas do centro da cidade (ARAÚJO, 1999). É notável que as cidades no país vinham sendo conhecidas “pelas oportunidades de trabalho, pelo mercado, mas também por uma política de exclusão e de distanciamentos.” (SCHWARCZ, 2012. p. 24). Com a recém abolida escravidão, criou-se uma imagem em que o país viveria um período de inclusão, mas ao se realizar uma leitura mais atenta, como já citado, notam-se novos aspectos de segregação e de intolerância, agora não mais pautados em visão de escravos e homens livres, mas de concepções cientificistas de sociedade focadas na cor da pele.

Esse pensamento também possibilita refletir sobre as pessoas que possuíam acesso ao ensino nesse período, o que impacta no número de leitores. A população que tinha acesso ao ensino, como aponta Dallabrida (2001), integrava uma classe social específica que era a elite local e que possuíam não apenas capital financeiro, mas também redes de sociabilidades de famílias e acesso a espaços que demais membros da sociedade florianopolitana no período.

Um dos principais espaços de investimento da República, como apontam Silva e Zamboni (2013), foi a educação. Nesse espaço é passível de se observar as mudanças e a formação de figuras que atuaram na política, e no cotidiano do país, e alguns irão ter forte papel na imprensa. No novo sistema:

serão os estados e não o governo central que enfrentarão o problema da instrução. Entre o final do século XIX e o início do século XX diferentes estados realizariam amplas reformas educacionais, buscando tanto organizar seus respectivos sistemas de ensino quanto alinhá-los ao projeto político em curso. (SILVA; ZAMBONI, 2013. p. 137).

Em meio a esses projetos, foi criado o Ginásio Catarinense que será uma das principais instituições formadoras e disciplinadoras da jovem população florianopolitana (DALLABRIDA, 2001). A fundação deste espaço, em 1905, representou uma oportunidade, especialmente para de filhos de membros das elites que antes necessitavam se deslocar para outros estados visando continuar seus estudos. A partir de 1915 foi possível que continuassem suas trajetórias acadêmicas, até certa medida, em seu estado assim como de se manter nos mesmos círculos de sociabilidade que vinham constituindo. Outro marco importante na

educação foi que a inserção, a partir de 1911, de Santa Catarina no contexto de reformas educacionais, lideradas por Orestes Oliveira Guimarães (1871-1931), personagem que “modificou radicalmente a forma de intervenção do Estado na gestão escolar, inaugurando uma forma inédita de relação social e de relação de poder entre a instituição escolar e o governo” (TEIVE, 2007. p. 117). Nesse processo os programas de disciplinas, em especial o da disciplina escolar História apresentavam uma intenção de formação cidadã e de uma pátria nos moldes modernos e civilizados que se desejava (SILVA; ZAMBONI, 2013.).

A formação educacional escolar da população articula-se a dois pontos principais no que se refere à imprensa e sua circulação: a formação de pessoas com formação letrada para escrita dos jornais (e por sua vez a que grupos elas pertencem), e a formação de uma população dotada de instrumentos de leitura e interpretação dos mesmos. Assim, “O regime republicano em seus projetos educacionais visava não apenas ampliar o crescimento de escolas, como também a proporcionar uma nova formação para uma sociedade que se urbanizava e se modernizava sob novas perspectivas [...]” (BITTENCOURT, 2007. p. 38)

Cabe aqui destacarmos que a capacidade de acesso ao ensino formal e o nível de instrução tem participação fundamental no processo de circulação de informação e da estrutura comunicacional, porém, esses fenômenos não se restringem apenas ao texto e à leitura, mas também na socialização e interiorização dos discursos e acontecimentos constituídos através de conversas e debates que ocorriam nos espaços educacionais.

A leitura é apenas uma das etapas que constituem as múltiplas redes de comunicação na Primeira República. Assim como já vinha ocorrendo há séculos, as conversas, os debates, as “fofocas”, entre outras práticas que constituem a oralidade, integram essas redes de comunicação e possibilitam acesso e troca de informações. Contudo é preciso lembrar que, assim como o texto, a via do processo comunicacional oral “é sempre orientada para o outro, pressupõe uma audiência, um público externo àquele que fala, e que é percebido como alguém que, mesmo estando ao largo do que executa os atos comunicacionais sonoros, é parceiro da cena dialógica que se estabelece.” (BARBOSA, 2014. p. 49);

Em um país onde o letramento era cada vez mais difundido e a população crescia tanto em números de pessoas quanto no desejo por informações, observa-se que,

Os letrados da hora estavam, portanto, à disposição dos periódicos que procuravam a ampliação de tiragens, almejando o lucro num

mercado agora competitivo, todas essas alterações no processo de produção e transmissão da informação reconfiguraram o mercado e a dinâmica intelectual e cultural brasileira. (ELEUTÉRIO, 2008. p. 94).

Para conseguir suprir suas necessidades financeiras e manter os jornais em circulação, os proprietários destes passaram a ceder parte do espaços dos impressos para a publicidade. No caso do *O Estado*, que inicia sua circulação no calor da aceleração e da urgência noticiosa da Primeira Republica, o jornal que inicialmente contava com quatro folhas dedicava entre duas e duas páginas e meia para a publicação de anúncios ligados a oferta e procura de serviços, de alimentos e bebidas, hospedagem, editais. Era um canal de oferta que ocupava uma grande parte do jornal e que era vendido a interessados que por sua vez compravam e assim possibilitava-se a permanência da circulação. É importante ressaltar que o espaço reservado a estas práticas acompanha a expansão e desenvolvimento do jornal, o que é observado quando em 25 de Março de 1917, o impresso passa a ser editado em seis folhas e a publicidade/propaganda ocupa a partir de então de três a quatro páginas.

Mesmo que adquirindo papel cada vez maior no mundo nos negócios, “os jornais não deixaram de se constituir em espaço privilegiado de luta simbólica, por meio do qual diferentes segmentos digladiavam-se em prol de seus interesses e interpretações sobre o mundo” (LUCA, 2008. p. 158). É comum neste período os desacordos e os acordos entre os impressos, e os momentos de posicionamento do jornal frente ao plano regional. Esses casos são demonstrados quando, por exemplo, um novo jornal passa a circular na cidade e/ou no estado e *O Estado* manifesta-se sobre ele, como pode ser conferido na nota abaixo:

### **O “ALLIADO”**

Com o título que encima estas linhas, sairá brevemente nesta capital á luz da publicidade mais um jornal, de pequeno formato. O “Alliado” propõe-se a defender a causa dos aliados na guerra, publicando comunicados oficiais e artigos a respeito da conflagração. O novo jornal sairá duas vezes por semana, e será distribuído gratuitamente. (O ESTADO, 27 de Agosto de 1915.).

O modo narrativo da nota acima nos permite apontar duas observações. A primeira é o elogio destinado ao novo veículo que repete-se com outros casos semelhantes e que demonstra não só uma tentativa de dar visibilidade ao veículo recente, mas também demonstra uma possível articulação ideológica e/ou de interesses entre os proprietários de ambos os impressos. O segundo é a gratuidade do *O Alliado* em um contexto em que é difícil a permanência de



impressos em circulação como já comentado. Esse jornal tratava-se de um instrumento de divulgação de propaganda aliadofolia criado pela Liga Brasileira pelos Aliados (LBA) e que integrava um conjunto de impressos com o mesmo perfil distribuídos por diversas regiões do Brasil (COMPAGNON, 2014) e desse modo era financiado por membros de influência política e econômica nacional como Ruy Barbosa, Graça Aranha e Olavo Bilac.

Os recursos recebidos através da publicidade contribuíram para se observar o período

entre o último quartel do século XIX e o início do seguinte como um período de inflexão na trajetória da imprensa brasileira. Naquele momento, a produção artesanal de impressos, graças incorporação dos avanços técnicos, começou a ser substituída por processos de caráter industrial, mascarados pela especialização e divisão no trabalho interior da oficina gráfica e a consequente diminuição da dependência de habilidades manuais (LUCA, 2008, p. 149).

Com isso novas tecnologias passaram a ser inseridas, como a utilização de tinta colorida em textos, e uma maior regularidade em fotos e imagens publicadas nos jornais, mas também em uma maior velocidade para impressão. Por conta desses recursos e uma urgência da população por informação, diversos jornais no país passam a publicar edições vespertinas e até mesmo noturnas, como aponta Cohen (2008), e o jornal passa a ter uma nova relação com o tempo, que dita de maneira cada vez mais artilosa o ritmo das redações e fábricas. Uma possível visualização dessa urgência é sentida quando observamos notas que informam a ausência de notícias da guerra, pois até as 15 horas (horário de fechamento das edições) o *Estado* não recebera textos/telegramas.

Esse processo acelerado também intensificou e incentivou a consolidação do jornalista como um cargo de emprego único. Anteriormente, a escrita de jornais, assim como a da história, era realizada por pessoas polivalentes que se dedicavam a esses campos como “hobbies” ou ocupações secundárias por serem advogados, médicos ou juristas. Com esse processo que venho tentando demonstrar da renovação e expansão da imprensa, passa a ser necessária a dedicação cada vez maior e exclusiva ao ramo. Em conjunto criam-se rendas para manter, financeiramente, pessoas dedicando-se a produção de notícias, principalmente através da publicidade, mas também da venda das edições.

### **“O Estado”, Profissionalização e a cobertura internacional**

Observa-se, no período estudado, a implementação de aspectos e elementos renovadores e modernizadores aos modos de comunicação. O editorial de 13 de Maio de 1915 do jornal *O Estado*, sua primeira edição, proporciona refletir sobre os desejos e anseios da modernidade republicana e propõe que a imprensa tenha olhos voltados ao presente e aos momentos futuros. Ao apresentar o editorial, que ocupava duas colunas físicas textuais das sete publicadas na primeira folha, os editores do novo impresso buscam realizar um apanhado do Brasil atual segundo sua ótica. Vê-se uma preocupação em estar pensando como a República deixou o Império e as relações de desunião para trás:

Não ha paiz civilisado onde o principio de autoridade esteja em condições tão precarias como no Brasil. Pensamos que a evolução, o progresso e o aperfeiçoamento das instituições devem ser operados pela dinamica das insubordinações impenitentemente [...]. O *Estado* surge á publicidade amado cavalleiro na vigília dos que desejam ser úteis á grande pátria commun de todos os brasileiros e á esta encantadora (palavra ilegível) do Brasil meridional, cujo progresso está assegurado pela doçura do clima e pelas riquezas da terra. (**A NOSSA PLATAFORMA**, O ESTADO, 13 de Maio de 1915).

Tal qual foi apresentado até agora, a proposta de progresso e civilização é articulada ao projeto e visão de país que os editores apontam. Não apenas isso, mas nota-se aqui a associação do conceito de evolução ao de progresso, ou seja, ao evoluirmos estamos sempre dando um passo a frente em direção ao futuro onde podemos ser melhor (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Outro destaque no documento é a concepção de “Patria”. Articulando-se aos diversos projetos de governo que vinham sendo discutidos, a imprensa teve papel a desempenhar em mais uma parte da engrenagem republicana, já que seus textos trabalhavam com a propaganda republicana, no caso dos jornais que defendiam determinados projetos, de acordo com as posições dos editores. Um desses modos de propaganda foi o apresentado na citação anterior: a criação de uma imagem do Império como o atraso e a República como um futuro idealizado.

Estudos como o de Silva e Zamboni (2013), já aqui citado, e o de Abud (2004), apontam para a preocupação e o papel do ensino de história na constituição de ideias ligadas ao patriotismo. Esse sentimento seria constituído tanto em perspectiva nacional, como na regional, ou seja, em dimensões estaduais.

Supõe-se daí que, em Santa Catarina, na passagem do século XIX para o XX, as representações escritas e (re)construídas sobre a pequena pátria catarinense vincularam-se ao ideal nacionalista, reforçando a noção da grande pátria, a pátria mãe brasileira. O projeto contido na representação de pequena pátria foi construído no sentido de integrar o estado ao todo nacional e não o contrário. (SILVA; ZAMBONI, 2013. p. 148).

Ao pensar em pátria, o editorial escrito por Henrique Rupp Júnior e Ulysses Costa também busca construir uma barreira entre o período da Monarquia e da República no Brasil, desse modo a República seria o novo e o inovador. Tal qual o próprio veículo. Ao utilizar ainda o editorial inicial para refletir sobre a proposta do jornal, é notável uma preocupação em servir como principal veículo catarinense nos assuntos republicanos. Nos últimos parágrafos podemos ver isso nitidamente apresentado

Queremos reagir, no serviço da Republica e da Pátria, contra tudo que pareça à nossa visão um mal a *coletividade (possível leitura, trecho ilegível)* e ao desenvolvimento cultural do meio em que vivemos. Queremos trabalhar pelos interesses de Santa Catarina secundando o esforço e encorajando as energias dos seus homens públicos. Queremos desfraldar bem alto ao sopro dos ventos e aos olhos do paiz a bandeira da nossa integração territorial pela execução da sentença do Supremo Tribunal Federal na questão de limites com o vizinho Estado do Paraná, cuja attitude ante Santa Catarina é irritante, grosseira, insensata e impatrioticas, destoando sobremodo das tradições afetivas da fraternidade. (**A NOSSA PLATAFORMA**, O ESTADO, 13 de Maio de 1915).

Reforçando o seu interesse em um papel nessa nova fase nacional, e seu engajamento com os interesses estaduais, característica do jornal desde seu início, notamos um perfil opinativo. A análise de Favero (2013) sobre o período de redemocratização pode ser usada em certa medida para a compreensão dos editoriais de opinião, uma vez que

A confecção dos editoriais, por sua vez, insinuava um diálogo entre a empresa-jornal, opinião pública e o próprio Estado. Sendo assim, o espaço do editorial diário era usado para interpor sua própria apreciação com relação às notícias que ganhavam destaque em primeira página e no interior do jornal. As inseguranças próprias ao momento permitiam que o passado recente fosse então avaliado e qualificado (FAVERO, p. 36. 2013).

Desse modo, através desse editorial, fica notável que o impresso não apenas pretende-se como propagandista, ou como divulgador de informações, mas como defensor de princípios e que manifestará suas opiniões. Fica no final do texto um exemplo, breve, de um exercício

opinativo, ao se referir a Guerra do Contestado, conflito que será coberto pela imprensa não só local e regional, mas também nacional, em função de seu impacto e características.

Ao trabalharmos com imprensa ao mesmo tempo que se trabalha com textos e com a ideia de cidade, estamos trabalhando com pessoas, afinal estas produziam, leram e demandaram os impressos. Sendo assim, é importante pensarmos quem eram os fundadores e diretores do *O Estado* em nosso recorte estudado. Natural de Joinville e um dos responsáveis por estruturar A Aliança Liberal em nível estadual, Henrique Rupp Junior foi advogado formado no Rio Grande do Sul, dedicado tanto ao direito quanto aos espaços políticos da cidade. Também de forte influência na sociedade catarinense, o co-fundador do jornal, Ulysses Costa, trabalhou como Chefe de Polícia durante o mandato de Felipe Schmidt no governo estadual (MATA, 1996).

Refletindo apenas sobre o exposto com relação a trajetória dos co-fundadores e diretores do jornal até 1916, em Santa Catarina, nota-se o aspecto comum já identificado no cotidiano social e político da cidade: os homens de letras. Estes eram homens que geralmente atuavam nas mais diferentes áreas do conhecimentos, entre eles direito, medicina e a vida militar. Ao mesmo tempo, essas figuras irão ocupar espaços que ainda estavam em via de constituição como campos de dedicação exclusiva, entre estes o jornalismo e a história. Um exemplo para se pensar essa prática é o de Lucas Boiteux que além de militar, produziu uma serie de estudos sobre a historia catarinense e também atuou como jornalista e colunista em vários jornais, entre estes *O Estado*.

A participação de Lucas Boiteux, assim como de sua família, no cenário Catarinense é apontada por uma serie pesquisadores. Lucas, irmão de José e Henrique Boiteux, nasceu e viveu entre 1880 e 1966, mas não teve sua trajetória limitada apenas a Santa Catarina. Em 1897 ingressou na Escola Naval, localizada no Rio de Janeiro, onde segundo Cunha (2010) desenvolveu seus conhecimentos militares. Na mesma cidade atuou no jornal *Jornal do Commercio*. Estudos que apontam análises historiográficas como os de Cunha (1982) que referem-se as dimensões de produção historiográfica que “teve mais de uma centena de artigos publicados em diferentes jornais e revistas de abrangência local e nacional, sendo o mais importante o *Jornal do Comércio*” (SILVA; CUNHA. 2015. p. 552), e o que também se verifica na leitura as edições do jornal *O Estado* publicadas entre 1915 e 1917. Além disso o mesmo

preocupava-se em divulgar seus estudos também em diferentes fóruns acadêmicos; em 1914, por exemplo, participou do primeiro Congresso de História Nacional, promovido pelo IHGB. Nesses

diferentes espaços o autor dividia sua produção entre a história catarinense e a história naval. (Ibid. p. 552)

A atuação do historiador no jornal catarinense se deu através da produção de uma coluna, ou uma coleção de estudos, a respeito da história da imprensa em SC. Os textos intitulados de “A Imprensa em Santa Catarina”, foram publicados com a proposta de realizar um levantamento e apresentação dos jornais durante os eventos que ocorreram no estado. Tratava-se de pequenos textos, um para cada jornal, que equivalem-se a geralmente um texto único em torno de 5 ou 10 linhas breves onde se coloca as dimensões materiais, e de custo, sem identificar seus produtores, assim como sua região de circulação e algum outro dado. Em alguns casos eram textos um pouco maiores que se propunham a apresentar o editorial. Esses estudos tratavam de uma história extremamente factual e fragmentada, produzindo uma historiografia da imprensa catarinense. Tal análise não desmerece as produções de Lucas Boiteux, principalmente, pois eram os projetos de escrita da história, não apenas no estado, mas em todo o Brasil que estavam sendo incorporados tanto à escrita da história quanto ao ensino dessa disciplina nas cadeiras escolares.

Tal método historiográfico para a escrita de uma história da imprensa era comum no período e ecoa até o presente. Uma preocupação com esse modelo narrativo da história estava especialmente proposta ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, do qual a família Boiteux fazia parte e onde atualmente encontra-se boa parte de seu acervo. Esse projeto vindo desde o período imperial, visava criar, através de uma história progressiva, factual, linear, pensando os grandes eventos ou os grandes nomes, uma história nacional, proposta desses órgãos oficiais para a escrita da história.

O Caso do jornal *O Estado* é pontual nesse momento. Quando ocorre o processo de expansão do jornal de quatro para seis páginas, não é apenas o espaço destinado as propagandas ou para as notícias que aumentam. As crônicas, por exemplo, passam a ser mais comuns, o fotojornalismo que ainda esboçava leve timidez no período, especialmente em função de seu valor, igualmente ocupa cada vez mais os espaços e hoje é parte fundamental da imprensa. Porém, é em uma dessas especializações que agora gostaria de me centrar: As sessões internacionais.

A imprensa no Brasil é fundada com um caráter bastante ligado ao plano internacional, se considerarmos que o primeiro jornal, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, era não apenas produzido em Portugal, mas também voltado especialmente com a ideia de divulgar em solo “brasileiro”

acontecimentos ocorridos no país ao qual possuíamos grande ligação (AGUIAR, 2008). A prática da cobertura internacional é desse modo, parte integrante da imprensa, porém não são todos os jornais que apresentavam tal espaço na Primeira República, especialmente por tratar-se de um serviço caro.

Para explicitar melhor o que compreendo como jornalismo internacional neste trabalho é preciso, primeiro, definir que este é uma especialização ou uma área do jornal, ou da prática do jornalista, e não um gênero. Não pretendo aqui fazer uma discussão bibliográfica sobre esse debate, pois este é extenso e inesgotável. Penso, neste trabalho, que gênero jornalístico está ligado ao estilo narrativo, como nota e artigo. Desse modo, o termo gênero jornalístico não caberia para se referir ao jornalismo internacional, ou demais áreas como esportivo ou cultural, por exemplo. Visto o exposto, compreendo-o como um ramo, ou uma especialização que pode ser apenas o foco de uma mídia, ou em conjunto com outras constitui-lá.

Considerando o jornalismo internacional como o exercício de cobrir fatos que não estão ocorrendo no território do país no qual o impresso é produzido, ou a produção de notícias ligadas ao estrangeiro, podemos observar como que *O Estado* desenvolve essa área. Em função dos custos altos para o envio de pessoas para viver no estrangeiro, nomeados de correspondentes internacionais, poderia se imaginar que um jornal impresso em nível estadual ainda nas suas fases iniciais teria dificuldades grandes nesse campo, porém o que se observa é exatamente ao contrário.

Para compreender o funcionamento do jornalismo é preciso que retomemos o conceito de *Redes de Comunicação* de Robert Darnton (2005). Ao entender um jornal como um processo que envolve múltiplos agentes e múltiplos campos de escrita conseguimos esboçar algumas reflexões sobre o funcionamento. Se um jornal, utilizando-me da perspectiva de Darnton, pode ser visto com um circuito de comunicação interno e integrante de redes de comunicação da informação, é preciso se ter noção que o jornalismo internacional seria múltiplo e constituído a partir de pequenos fragmentos. Nessa ótica, precisa-se pensar que *O Estado* não possuía uma coluna própria, mas sim a diluição do conteúdo através das páginas, onde nota-se que é uma divisão apenas no que se refere à organização dos telegramas entre interior e exterior. Assim, pretendo pensar algumas características dessa especialização.

Primeiramente a prática de republicação das notícias já publicadas tanto na imprensa brasileira quanto na exterior era comum, não necessariamente com a inclusão de comentários. Seguem alguns exemplos:

#### **Visões de lucta - Episodios emocionantes da campanha da italia**

Damos á seguir, um brilhante artigo de Luigi Barzini, correspondente da guerra do <Corriere della Sera (fonte cortada)>, de Milão, sobre a campanha da Italia, com episódios cheios de emoção e de vida:

##### **UM FIO DE ARYADNA**

Bosque novos e cobertos de pinheiraes alternam-se a tapetes de cascalhos esbraquicentos, tritos de infinitas pontes minusculas e cortantes, formados pelas erosões, entre as quaes precisa-se andar como por entre laminas [...] (O ESTADO, 14 de Novembro de 1916).

##### **A partilha dos territorios do Imperio Ottomano**

O Sr. Symonds, correspondente de jornaes norte-americanos em Londres, em data de 2 do corrente, telegraphou o seguinte para New York:

<De fonte merecedora de toda a fé posso assegurar que as nações da <Entente> já chegaram a acordo sobre a divisão entre si da Turquia, ou antes dos territórios do imperio ottomano, que vale pagar a sua aventura, unindo-se á Alemanha e á Austria. [...] (O ESTADO, 12 de Outubro de 1916).

Nota-se nos exemplos não apenas a prática de publicação de informações já publicadas, mas também a constituição dessas redes de fontes, formais como no primeiro caso ou informais como no segundo. O Segundo exemplo ainda é mais significativo, pois demonstra além de uma publicação mais informal (sem orientar necessariamente quais jornais) ainda se faz referencia a origem “oculta” das informações.

Além disso, a utilização de notas ou telegramas com a finalidade de urgência e agilidade, além de objetividade eram os protocolos mais comuns, através dos serviços especiais, que problematizarei mais adiante. Pode-se pensar que o jornalismo internacional então era fruto de uma interação múltipla e era produzido não pelo próprio jornal de modo original, mas sim em outras instancias e apropriado pelos editores, em alguns casos mascarando a originalidade.

Não afirmo que o jornal é um modelo para esse campo, mas não há como negar os esforços para publicar notícias relativas a outros espaços. Para tal exercício nota-se, entre 1915

e 1917 a utilização de alguns protocolos de escrita específicos, principalmente sobre a Guerra. Entre estes, os relatos/descrições, as notas rápidas, as informações diplomáticas, as traduções e comentários de matérias publicadas no exterior e especialmente, os telegramas.

### **Os telegramas como cobertura recorrente para a guerra**

Um jornal, atualmente, é composto por múltiplos/diversos gêneros textuais. Esses comportam desde fotos a anúncios, de reportagens a palavras-cruzadas, de manchetes a notas sociais. Esses protocolos não estão presos às especializações jornalísticas, eles se misturam e se envolvem na composição do que chamamos de jornal, relacionando-se muito com a ideia de gênero.

Nas primeiras décadas do século XX, a imprensa brasileira e catarinense, ainda não apresentavam todos os modos narrativos aos quais estamos acostumados no presente. Em uma análise do jornal *O Estado*, noto que alguns destes modos foram sendo incorporados longo em sua formulação ou no início de sua circulação e tornam-se ainda mais regulares após o primeiro ano de funcionamento, quando já é possível considerar a sensação de estabilidade e de continuidade. Além desses protocolos, é possível visualizar, nesse contexto de imprensa em constante mudança, as alterações que passam a ocorrer em nível estético e de *layout*. Entre os gêneros comuns no período estavam principalmente os textos opinativos, traduções, anúncios, crônicas e telegramas. Com não só um novo cabeçalho, mas também em 1917 o aumento no número de páginas.

Em meio a tantos modos, busquei pensar a seguinte questão: Qual(is) o principal(is) modo(s) de informar e fazer funcionar a cobertura internacional? Em uma leitura atenta das mais de 400 edições disponíveis, cheguei a conclusão que entre cartas, traduções de outros jornais/revistas, entrevistas, fotojornalismo e afins. o modo narrativo mais comum foram os telegramas. Por sua regularidade é que selecionei esse gênero em específico para realizar uma análise de parte da cobertura da guerra.

Após um levantamento sobre a literatura a respeito da história dos telegramas no Brasil, concordo com Letícia Matheus (2014), ao considera-la como ainda escassa. Pensando historicamente o desenvolvimento do serviço telegráfico no país, seu marco inicial poderia ser a primeira metade do século XIX, com o telégrafo óptico, porém ainda restrito a uma pequena



parte da população, em especial a corte que é quem realiza no período imperial os investimentos para sua instalação.

A Guerra do Paraguai foi, segundo Silva & Moreira (2007), um dos eventos que mais contribuiu para a efetivação e valorização desse serviço rompendo um “medo” e a “insegurança” que se sentia desse meio comunicacional. A urgência por informações, tanto com finalidades políticas e militares quanto por aspectos de curiosidades e do cotidiano, foi o impulso que depositou no serviço telegráfico sua expansão e que foi intensificado no século XX com a Primeira Guerra Mundial.

É apenas a partir de 1852, com a chegada do telégrafo elétrico, que o serviço telegráfico começa então a crescer e com isso

Na segunda metade do século XIX, tornou-se imperativo a um grande jornal manter uma coluna dedicada aos telegramas, incorporando a suas páginas o que havia de mais modernos e ágil em comunicação. Na maioria dos casos, porém, esse telegramas eram apenas a sombra da transmissão elétrica que se dera até mais de um mês antes (MATHEUS, 2014. p. 113).

Mas esse “atraso” que a autora coloca acima estava condicionado a precariedade do serviço e a concentração em áreas específicas. Durante a segunda metade do século XIX inicia-se um processo de expansão de linhas e cabos por todo o território nacional e também exteriormente. No primeiro caso as linhas eram férreas, enquanto no segundo se constrói o primeiro cabo submarino ligando o país à Europa o que veio a ser o principal facilitador de notícias relativas à Guerra quando esta eclode. Ainda no contexto do século XIX, é fundamental referenciar a instalação da agência francesa Havas no Rio de Janeiro em 1874. Com a abertura do escritório na capital, os setores ligados a comunicação, especialmente os jornais, que possuíssem interesse teriam maior facilidade na contratação dos serviços telegráficos.

Acompanhando o fluxo e os projetos civilizatórios da República, passou-se a ser comum que se destinasse colunas inteiras em todos os jornais destinados a telegramas. Porém, a incorporação desse serviço não significa que necessariamente todos os jornais possuíam serviços especiais ou compravam telegramas de agências. “É possível que boa parte do que encontramos nos jornais não tenha chegado por transmissão telegráfica, mas como correspondência normal.” (MATHEUS, 2011. p. 2). No caso dos impressos de grande circulação, como foi no *O Estado*, era comum a divisão entre “Exterior” (internacional) e

“Interior” (geralmente relacionado ao próprio estado, mas com registros também nacionais). Durante o contexto da guerra o conflito também possuiu coluna de telegramas própria denominada genericamente como “A Guerra”, talvez buscando uma neutralidade, ou apenas repetindo o padrão de outros jornais.

É necessário reservar um breve momento para pensar na apropriação desse gênero de transmissão da informação pelos jornais. Utilizo neste trabalho, o termo apropriação no lugar de impacto pois concordo como Matheus (2014), ao verificar que o telégrafo fora inventado inicialmente não para ser utilizado pelos veículos de comunicação impresso. Foi justamente por seu carácter rápido, breve e a possibilidade de comunicações a longas-distâncias que se verificou nele a oportunidade de uso para o campo. Assim, a ideia de utilização dos telegramas esta associada diretamente não apenas ao desejo de urgência da informação que se acelera na Primeira República (COHEN, 2008), mas também com a própria relação entre tempo da notícia pois que agora chega de maneira mais rápida e possibilita uma maior aproximação com eventos distantes.

No recorte trabalhado, foram lidos mais de 4.600 telegramas centrados em notícias relativas a guerra, e para melhor organizar a análise foram organizadas algumas perguntas. A primeira delas é qual o estilo geralmente adotado? Publicados geralmente na(s) coluna(s) de exterior, ou em coluna(s) própria, como citado anteriormente, os telegramas de guerra eram, por via de regra, compostos de Origem, Data e Conteúdo. Em poucos casos oferecia-se um subtítulo que podia ou não repetir informações de outros telegramas.

CONCENTRAÇÃO RUSSA Petrograd -, 28 Estão sendo concentradas as tropas russas para reorganização das linhas. (O ESTADO, 29 de Junho de 1915. p. 2).

De início, o espaço destinado era a segunda capa, porém com o conflito se adensando, em especial em 1916, quando seu alcance torna-se maior, passa a ocupar a primeira folha e em alguns casos também a última.

Partindo dessa compreensão busquei pensar em quais eram as informações mais comuns, ou quais seus conteúdos. Pensando os casos específicos de nosso protocolo aqui estudado, adianto que o conteúdo geralmente estava relacionado a um dos 4 eixos: negociações internacionais, movimentação de tropas, anuncio de embaixadas e consulados com dados

variados e, por último, relatos de figuras ilustres como representantes nacionais, ou o papa, como no exemplo a seguir.

O PAPA Rio -, 21 S. Santidade o papa Bento XV aprovou a oração destinada aos soldados italianos (O Estado, 22 de Maio de 1915. p.2).

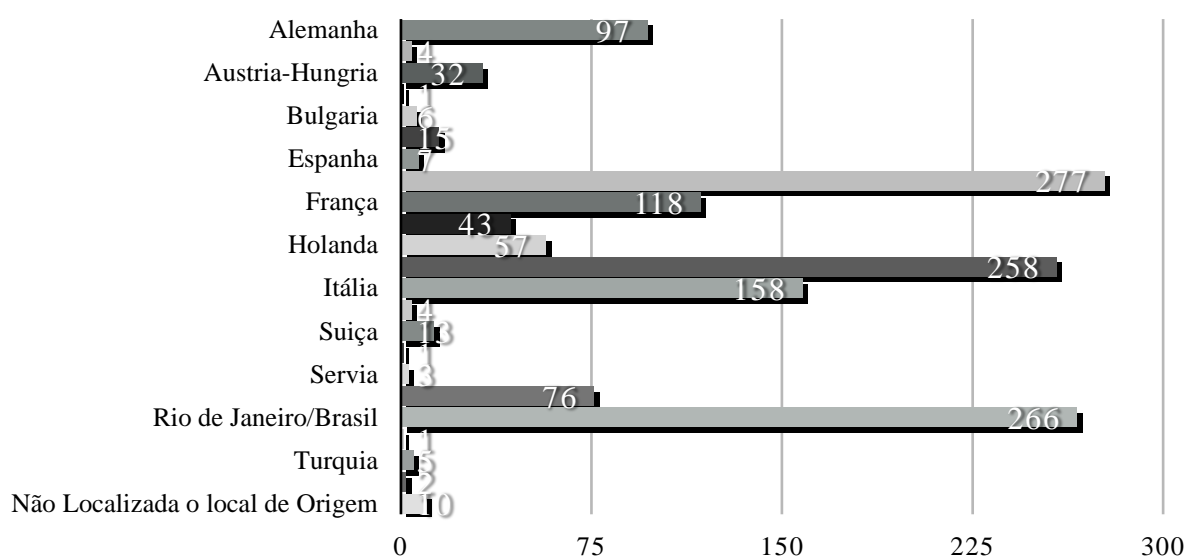
Outro ponto extremamente importante para se verificar no uso desses telegramas, se nossa intenção é compreender o funcionamento dessa cobertura internacional no início do século XX em um jornal catarinense, é o levantamento de quais os países de origem dessas informações e quantos desse mesmo local eram enviados por ano. Para melhor sistematizar os dados e facilitar a análise foram constituídos gráficos e tabelas que relacionem origem e número em cada período, dividido por ano, que o recorte deste trabalho aborda: 1915, 1916 e 1917.

Os gráficos que serão apresentados foram construídos a partir do levantamento e sistematização dos telegramas publicados na sessão de “Telegramas” no *O Estado*. Durante a leitura das fontes, chamou a atenção observar os locais que enviavam os textos publicados para tentar-se criar uma imagem sobre quais países estavam em contato com o Brasil ou com agências de notícias, assim como quais estavam fornecendo informações da guerra e com qual frequência. Assim, criei as tabelas organizadas por cidade/país x quantidade de telegramas enviados. Iniciemos por 1915

Elaborado pelo(a) autor(a)

Inicialmente é preciso de registrar que existiu uma grande número de telegramas repassados pelo Rio de Janeiro. Não é explicado o motivo, mas acredito em duas possibilidades. Na primeira temos a existência da primeira agência de notícia a “Havas” que firma sua parceria inicial em 1875 com a Gazeta de Notícia, RJ, mas que logo torna-se o principal centro de informações, e desse modo, *O Estado* talvez estivesse atribuindo a localização da agência nos textos. Uma outra explicação possível é a republicação, porém não diretamente mencionada de telegramas de jornais que circulavam na capital brasileira. Tal prática era comum, especialmente pois os telegramas não eram tão numerosos ou com escritas refinadas. Além

**Gráfico 2 - Origem/Quantidade de Telegramas enviados em 1915**



disso, nesse contexto era muito prático para os editores de jornais, pois era possível rejeitar o conteúdo enviado e não pagar pelo telegramas se esse não foi de seu agrado (MATHEUS, 2014).

No quadro apresentado acima, notamos a predominância de três origens. Os Estados Unidos da América pode ser visto como principal contribuinte de telegramas (19% do total), seguido pelos reencaminhados ou dos consulados no Brasil (18% do total) e da Inglaterra (18% total). Esse quadro nos permite ter em mente alguns pontos. O primeiro deles, e que é preciso ser destacado, é que países como Inglaterra, e o próprio Brasil se utilizavam de telegramas propriamente ditos, mas igualmente publicavam-se os “comunicados”. Ao que a análise nos permite compreender, estes possuíam uma estrutura bem similar aos telegramas e na maior parte dos casos publicados juntamente. Esses comunicados eram textos enviados aos consulados e traziam informações maiores e mais detalhadas, geralmente não tão centrados nas movimentações de tropas.

Outra prática comum era a do conteúdo desses textos rápidos não estarem vinculados ao país de envio, ou seja, não necessariamente algo enviado dos Estados Unidos da América se referia ao posicionamento ou movimentações desse país frente ao conflito, como fica claro nos telegramas “enviados” do Rio de Janeiro.

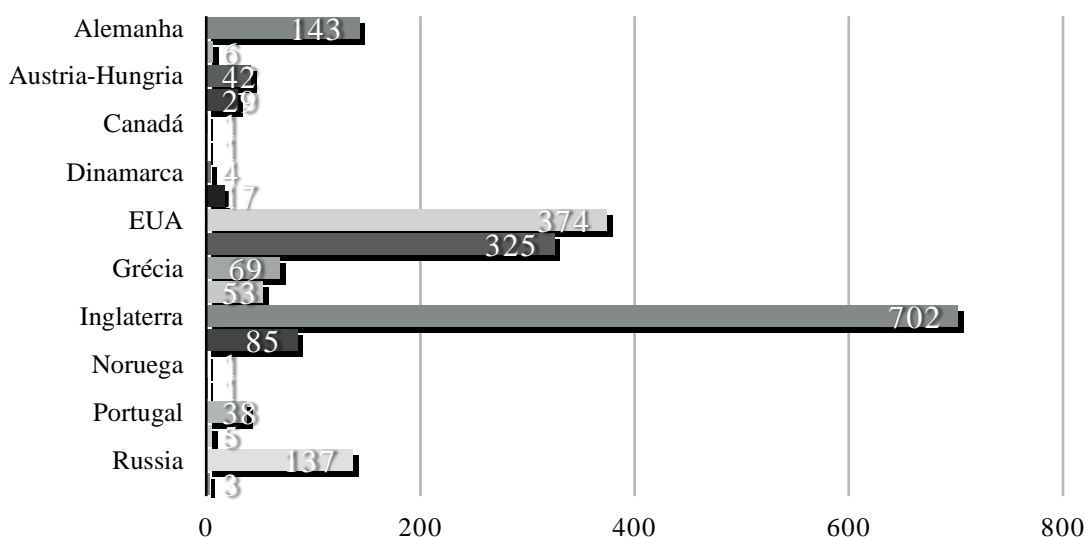
A Austria e a Alemanha - Mobilização - Rio, 29. - A Austria e a Alemanha mobilizam as classes de 43 a 50 anos. (O ESTADO, 30 de Maio de 1915. p.1).

Em 1916, observa-se que o quadro de países que enviam informações se altera. Não apenas mais telegramas são enviados, mas também suas localidades são ainda mais diversas.

Elaborado pelo(a) autor(a)

Com esse gráfico também notamos um dado peculiar. Mesmo que a Havas fosse a principal agência de notícias no país, o predomínio se dá por informações enviadas da Inglaterra e não da França. Esse dado nos leva a pensar que possivelmente o jornal estava muito mais próximo da agência inglesa Reuter, que antes da francesa Havas, havia tentado estabelecer um monopólio no Brasil. Autores como Molina (2015), argumentam que no período a França estava retendo informações como estratégia militar, porém é intrigante que esse argumento possa servir para um país e não para o outro. Além do demais aspectos militares eram apenas um dos

Gráfico 3 - Origem/Quantidade de Telegramas enviados em 1916



pontos que alguns envios abordavam e não forneciam informações completamente substanciais, além de chegarem com um tempo considerável de “atraso”, não fornecendo informações instantâneas como poderia se pensar.

Outro dado com relação ao ano de 1916 é que as redes de comunicação se expandem. Enquanto em 1915 temos 22 origens diferentes, em 1916 já temos 29 locais diferentes que foram responsáveis pelo envio de informações. Em seus textos nem sempre referenciava-se conflitos no território, mas em muitos casos traziam informações sobre países em conflitos ou movimentos diplomáticos. Entram nesse quadro também países latino-americanos permitindo pensar uma rede de comunicação continental na América Latina e também uma preocupação

em verificar o que os países vizinhos, “afastados fisicamente” dos conflitos, estavam pensando e socializando, assim como possíveis eventos relativos aos imigrantes e seus descendentes.

Abro aqui um momento para pontuar a preocupação do contexto com os fluxos migratórios. Como apontam Schwarcz & Starling (2015), com o fim da escravidão houve uma intensa propaganda para a imigração europeia, e posteriormente asiática, para o país visando não apenas trazer novos habitantes para a nação em consolidação, mas também mão-de-obra barata e, para os argumentos do período, especializada. Cabe também destacar que o país inicialmente se limitou no exercício da propaganda e alguns recursos iniciais, apenas posteriormente que existem maiores preocupações com a manutenção e planos para manter essas novas populações que chegavam. Em Santa Catarina, num período antes do século XX, essa problemática já é observada, por exemplo, com a falta de espaço e terras produtivas para tais grupos. Como aponta Falcão (2000), a Primeira, e especialmente a Segunda Guerra Mundial, trouxeram um olhar de desconfiança para esses grupos que mantinham ligações com seus países natais de maneira direta ou cultivam ainda tradições.

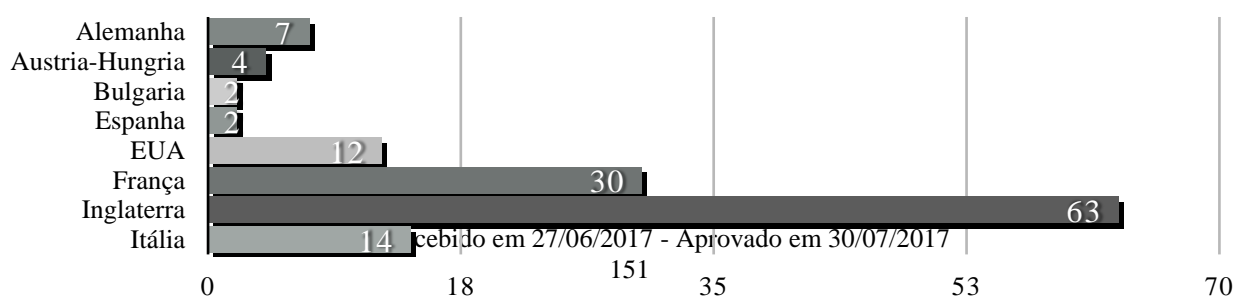
Com a guerra se adensando, nota-se uma grande alteração na origem dos telegramas.

Elaborado pelo(a) autor(a)

O dado mais chamativo é que o Rio de Janeiro passa a ser sinalizado como o principal responsável pelo envio de telegramas, cerca de 85% destes. Isso não significa que as informações estavam sendo necessariamente enviadas de lá, mas penso que possivelmente eram repassadas ou compradas na cidade. Como vimos agências internacionais, como a Havas, possuíam escritórios lá, então é possível que as atribuições ao Rio de Janeiro nos três gráficos analisados estejam se referenciando a essa agência. Além dessas, consulados e embaixadas também se encontravam recebendo informações constantes, além disso, a cidade era a capital do país recebendo o tempo todo um trânsito constante de pessoas.

## Considerações Finais

Gráfico 4 - Origem/Quantidade de Telegramas enviados em 1917



Através do quadros construídos e apresentados, penso ser possível também um exercício de tentar visualizar que a rede de nações enviando informações era múltipla e que Santa Catarina, assim como o país, estava inserida nesse ritmo. Um último dado que nos salta ao colocarmos em perspectiva as origens é uma predominância de europeus e americanos nesse quadro, sendo rara por exemplo a presença do Japão. Essa observação poderia nos ater para questões como: por serem localidades europeias e americanas os focos do *O Estado*, se era possível ter conhecimento que outras regiões no globo estavam preocupadas com o conflito?

## REFERÊNCIAS

- ABUD, Kátia. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. BITTENCOURT, Circe et al (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 9º ed. São Paulo: Contexto, 2004, p.28-41.
- ARAÚJO, Hermetes Reis de. Fronteiras Internas:: Urbanização e Saúde Pública em Florianópolis nos anos 20. In: BRANCHER, Ana (Org.). *História de Santa Catarina: Ensaio Contemporâneo*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. p. 102-113.
- BARBOSA, Marialva. *História da Comunicação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes. 2013.
- \_\_\_\_\_. Escravos, Oralidade e Letramento. In: SACRAMENTO, Igor; MATHEUS, Leticia Cantarella (Org.). *História da Comunicação:: Experiências e Perspectivas*. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X, 2014. p. 43-66.
- BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1986.
- BITTENCOURT, Circe. Identidades e ensino de história no Brasil. In: CARRETERO, Maria et al. (org.) *O Ensino de História e Memória Coletiva*. Tradução de Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 33-52.
- CAPELATO, Maria Helena R. Modernismo Latino-Americano e Construção de Identidades Através da Pintura. *Revista de História*. 153 (2 - 2005), p. 251-282.
- CARVALHO, José Murillo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. SP: Cia das Letras, 2000.
- COHEN, Ilka Stern. Diversificação e Segmentação dos Impressos. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Sp: Contexto, 2008. p. 103-130.

COMPAGNON, Olivier. *O Adeus à Europa: A América Latina e a Grande Guerra*. Rio de Janeiro, Rj: Rocco, 2014.

CUNHA, Maria Teresa Santos. *A contribuição historiográfica de Lucas Alexandre Boiteux no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro (1911-1957)*. 1982. 313f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1982

DALLABRIDA, Norberto. *A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do Progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Sp: Contexto, 2008. p. 83-102

FALCÃO, Luiz Felipe. *Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em SC no séc. XX*. Itajaí: Univali, 2000.

FÁVERO, Tâmyta Rosa. *Ecos das narrativas, elos das memórias: anos-acontecimento, jogos de escalas e imprensa no limiar da redemocratização brasileira (décadas de 1970 e 1980)*. 143 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado em História, Florianópolis, 2013

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade:: Presentismo e Experiências do Tempo*. Belo Horizonte, Mg: Autêntica, 2014.

HARVEY, David. *A Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 11 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

LUCA, Tania Regina de. A Grande Imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Sp: Contexto, 2008. p. 149 - 178

MATA, Maria Margarete Sell da. *Jornal O Estado: uma história em construção (1915-1931)*. 1996. 95 f. Tese (Doutorado) - Curso de Mestrado em História, Ufsc, Florianópolis, 1996

MATHEUS, Leticia Cantarela. Um “spam telegráfico”: investigações sobre novas formas de circulação noticiosa no final do século XIX no Brasil. In: Leticia Cantarela (Org.). *História da Comunicação:: Experiências e Perspectivas*. Rio de Janeiro, Rj: Mauad X, 2014. p. 113-134.

\_\_\_\_\_. O Telégrafo no Jornalismo do século XIX (1870-1900). In: *Anais do 8 Encontro Nacional de História da Mídia*. UNICENTRO, Guarapuava-PR. 2011.

MORAIS, Fernando. *Chatô, o Rei do Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1994.



MOTTA, Márcia Maria Menendes. A Primeira Grande Guerra. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge Luiz; ZENHA, Celeste. *O século XX: o tempo das certezas*. RJ: Civilização Brasileira, 2005, p. 165-194.

PESAVENTO, Sandra J. *O imaginário da cidade: Visões literárias do urbano*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, SP: Companhia das Letras 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Introdução. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A Abertura para o Mundo: 1889-1930* (História do Brasil Nação Vol. 3). Rio de Janeiro, RJ: Objetiva. 2012.

SILVA, Cristiani Bereta da ; ZAMBONI, Ernesta . Cultura política e políticas para o ensino de História em Santa Catarina no início do século XX. *Revista Brasileira de História*, v. 33, p. 135-159, 2013.

\_\_\_\_\_. CUNHA, Maria Teresa Santos . Historiografia catarinense e a escrita da História escolar de Lucas Alexandre Boiteux no início do século XX. *Cadernos de História da Educação (Online)*, v. 14, p. 551-568, 2015.

SILVA, Mauro Costa da, e MOREIRA, Ildeu de Castro. A introdução da telegrafia elétrica no Brasil. (1852-1870). *Revista da SBHC*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, jan/jul, 2007, pp. 47-52

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. O professor paulista Orestes Guimarães e a modernização da instrução pública catarinense (1911-1918). *Cadernos de História da Educação* (UFU. Impresso), v. 6, p. 107-120, 2007.